



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



Informação nº: 49/2019 – SECONT/1ª DICONT

Brasília (DF), 27 de junho de 2019.

Processo nº: 9.572/2012 (2 volumes e 4 anexos).

Apenso nº: 041.000.093/2014* (3 volumes).

Jurisdicionada: Cartão BRB S/A

Assunto: Prestação de Contas Anual (PCA)

Valor Envolvido: R\$ 576.049.000,00 (montante em exame)¹

Ementa: Prestação de contas anual (PCA). Cartão BRB S/A. Exercício financeiro de 2011. Decisão nº 2.797/2018. Audiência, com vistas ao julgamento irregular, com multa. Razões de justificativa. Análise. Pela procedência parcial das justificativas. Proposta de Julgamento Regular com Ressalvas. Arquivamento.

Senhor Secretário,

2. Cuidam os autos da prestação de contas anual (PCA) dos administradores e demais responsáveis da Cartão BRB S/A (Cartão BRB), referente ao exercício financeiro de 2011.

I – HISTÓRICO DOS AUTOS

3. A instrução exordial está consubstanciada na Informação nº 54/2018-SECONT/2.ª DICONT, fls. 116/125, por meio da qual foram formuladas ao egrégio Plenário as seguintes sugestões:

¹ Valor do Ativo/Passivo consolidado registrado no Balanço Patrimonial do exercício em referência, fls. 43/44 do apenso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



“Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário:

I. tomar conhecimento da prestação de contas anual dos administradores e demais responsáveis da Cartão BRB S/A referente ao exercício financeiro de 2011, apresentada no Processo GDF n.º 041.000.093/2014, apenso;

II. julgar, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, regulares com ressalvas as contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011 dos Srs. Henrique Silva Capdeville (Presidente no período de 1/1 a 25/10/2011), Edilson Barbosa Veloso Junior (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011), Laécio Barros Júnior (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011) e Gustavo Costa Oliveira (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011), em decorrência das falhas apontadas nos subitens 1.1 – Ausência nos autos de comprovantes de pagamento e de prestação de serviços e/ou aquisição de bens, 1.2 – Prestação de serviços não previstos em contrato, 2.1 – Ausência de licitação nas contratações de empresas para prestação de serviços e/ou aquisições de bens, 2.2 - Prestação de serviços sem justificativa de preços compatíveis com o mercado, 2.3 – Inobservância de requisitos legais para renovação de contratos firmados com a Cartão BRB S/A e 2.4 - Baixa contábil de bens patrimoniais não localizados sem a devida apuração de responsabilidade, do Relatório de Auditoria nº 44/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 527/532v do Processo nº 041.000.093/2014, apenso);

III. determinar, nos termos do art. 19 da LC nº 1/94, aos atuais administradores da Cartão BRB S/A que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas no Relatório de Auditoria nº 44/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 527/532v do Processo nº 041.000.093/2014, apenso);

IV. considerar, em conformidade com o art. 24 da LC nº 1/94, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta PCA, os responsáveis relacionados no item II retro;

V. autorizar o retorno dos autos à SECONT para arquivamento e a devolução do Processo nº 041.000.093/2014 à Cartão BRB S/A.”

4. Nos termos delineados pela Resolução nº 140/2001, os autos foram remetidos ao MPJTCDF que, a teor do Parecer nº 376/2018-CF, fls. 126/129, divergiu das conclusões expendidas pela Unidade Técnica para, no mérito, pugnar no sentido de que o Tribunal autorizasse a audiência dos responsáveis nominados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentassem razões de justificativas em face das falhas apontadas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria nº 44/2017- DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF: 1.2 – Prestação de serviços não previstos em contrato, 2.1 – Ausência de licitação nas contratações de empresas para prestação de serviços e/ou aquisições de bens, 2.2 - Prestação de serviços sem justificativa de preços compatíveis com o mercado, 2.3 – Inobservância de requisitos legais para renovação de contratos firmados com a Cartão BRB S/A.

5. Por sua vez, na apreciação deste feito, quanto ao mérito, o Tribunal proferiu a Decisão nº 2.797/2018, fl. 147, assim vazada:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento da prestação de contas anual dos administradores e demais responsáveis da CARTÃO BRB S.A., referente ao exercício de 2011, objeto no Processo GDF nº 041.000.093/2014;

*II – determinar, com fulcro no art. 13, III, da Lei Complementar nº 1/1994, a audiência dos Srs. **HENRIQUE SILVA CAPDEVILLE** (Presidente no período de 1/1 a 25/10/2011), **EDILSON BARBOSA VELOSO JUNIOR** (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011), **LAÉCIO BARROS JÚNIOR** (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011) e **GUSTAVO COSTA OLIVEIRA** (Diretor no período de 1/1 a 31/12/2011), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa pelas impropriedades apontadas nos **subitens: 1.2 – Prestação de serviços não previstos em contrato; 2.1 – Ausência de licitação nas contratações de empresas para prestação de serviços e/ou aquisições de bens; 2.2 – Prestação de serviços sem justificativa de preços compatíveis com o mercado; 2.3 – Inobservância de requisitos legais para renovação de contratos firmados com a Cartão BRB S.A., todos do Relatório de Auditoria nº 44/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI-CGDF** (fls. 527/532 do Processo nº 041.000.093 /2014), ante a possibilidade de suas contas serem julgadas irregulares e ainda por estarem sujeitos à aplicação de multa, haja vista o previsto no art. 17, III, “b” e “c”, c/c o art. 20, parágrafo único, e o art. 57, I, todos da Lei Complementar nº 1/1994; (...).”* (Grifamos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Fls.: 275
Proc.: 9.572/2012

Rubrica

6. Em atendimento à referida deliberação, os responsáveis foram comunicados do teor da decisão retro transcrita, por meio dos documentos de fls. 149-152, e apresentaram suas razões de justificativa e respectivos anexos, conforme o quadro abaixo.

Responsável	Comunicação	Fl.	Razões de Justificativa/Anexos	Fls.
Henrique Silva Capdeville	69/2018 - SECONT	151	14/09/2018	214-239
Edilson Barbosa Veloso Júnior	67/2018 - SECONT	149	14/09/2018	162-187
Laécio Barros Júnior	91/2018 - SECONT	152	14/09/2018	188-213
Gustavo Costa Oliveira	68/2018 - SECONT	150	14/09/2018	241-266

7. Procede-se, nesta fase, à análise das referidas manifestações.

8. Importante salientar que as razões de justificativas apresentadas pelos defendentes acerca dos subitens **1.2, 2.1, 2.2 e 2.3**, indicados no item II do *decisum* supratranscrito, possuem o mesmo teor e, nesse sentido, por questões de racionalidade e economia processuais, serão analisadas de forma conjunta nesta peça informativa.

II – DAS FALHAS IDENTIFICADAS, RAZÕES DE JUSTIFICATIVA E ANÁLISE

II - 1 - SUBITEM 1.2. - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PREVISTOS EM CONTRATO

II – 1.1 – RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

9. Em relação a este tópico, os justificantes, sinteticamente, informaram que o Processo nº 2011.005.072-78 tratou da contratação da empresa Wipi Logística e Transporte Ltda. para prestação de serviços de coleta e entrega de cartões de débito e crédito emitidos pela Cartão BRB S/A.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Fls.: 276

Proc.: 9.572/2012

Rubrica

10. Salientaram que o contrato celebrado entre as partes, em 19/05/2009, apensado ao Processo nº 2011.005.072-78, em seu item nº 6.1, previu que a Cartão BRB pagaria pela prestação de serviços os valores apresentados em documento juntado aos anexos destes autos, denominado "Anexo I".

11. Alegaram que, em 19/05/2011, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato, prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, com os custos unitários de entrega previstos na Cláusula Décima Terceira:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A entrega dos cartões de crédito ou débito, a domicílio, em território nacional, para os CEPs atendidos pela WIPI, terá o custo unitário de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos). Para a entrega de cartões em localidades não atendidas pela WIPI, será cobrado o valor de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos). Para os CEPs não atendidos, os objetos serão postados pelos Correios, de acordo com o contrato firmado diretamente entre a WIPI e a ECT.

12. Por sua vez, mostraram que a Controladoria Geral - DF tomou como base, por amostragem, as Notas Fiscais nºs 2853 (R\$ 103.472,60) e 2888 (R\$ 43.095,01), emitidas pela contratada respectivamente em 06/07/2011 e 02/08/2011. Consoante relatório de auditoria, restou apontado que tais notas fiscais selecionadas na amostra teriam sido relativas à prestação de serviços não previstos em contrato e que estariam em desacordo com a Cláusula Décima Terceira do Primeiro Termo Aditivo.

13. A título de esclarecimento desse ponto, trouxeram à baila o enunciado da Cláusula Oitava do Primeiro Termo Aditivo do Contrato, conforme segue:

"CLÁUSULA OITAVA - Durante a vigência do presente contrato, a CARTÃO BRB deverá pagar a WIPI os valores relativos aos serviços realizados, calculados conforme a Tabela de Preços Flash calculada por envelope coletado, anexa a este, salientando que tais preços serão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Fls.: 277

Proc.: 9.572/2012

Rubrica

atualizados anualmente de acordo com a variação do IGPM/FGV, ou outro índice que oficialmente o substitua, todo mês de junho, de forma que até 10 dias úteis antes do vencimento da fatura mensal receberá a CARTÃO BRB nova tabela de preços.”

14. Esclareceram ainda que a empresa Wipi Logística e Transporte Ltda. possuía domicílio na cidade de Poá-SP e Filial em São Paulo-SP e as embossadoras também estariam domiciliadas em São Paulo-SP. Portanto, o processo logístico consistia em coletar, junto as embossadoras, os envelopes com os cartões, acondicionados em caixas específicas, e remetê-los para as cidades domicílio do cliente, preponderantemente em Brasília-DF. No segundo momento, procedia-se a entrega conforme rito estabelecido contratualmente. Assim, a prestação de serviços envolvia, obrigatoriamente, duas etapas: a coleta e a entrega dos cartões. A precificação da coleta, por sua vez, estaria condicionada a 3 (três) variáveis básicas: prazo de entrega, peso cubado das caixas (base x altura x largura) e destino. Quanto ao prazo de entrega, a Wipi (*Flash Courier*) estabelecia quatro faixas de cobrança, a saber:

Flash Verde - prazo de trânsito calculado e entrega no horário comercial a ocorrer de segunda a sexta-feira, em até quatro dias úteis;

Flash Azul - Prazo de entrega até às 12h do dia útil subsequente ao da postagem, de segunda a sexta-feira no horário comercial;

Flash Amarelo - Prazo de entrega até às 12h do dia útil subsequente ao da postagem, de segunda a sexta-feira;

Flash Vermelho - Serviço de entrega expresso, efetuado em horário comercial, admitindo data e hora marcada para a entrega.

15. Quanto à Nota Fiscal nº 2853 (R\$ 103.472,60), apresentaram a composição analítica dos quatro itens descritos e os respectivos valores constantes da mesma. Explicaram que, no tocante aos itens 01, 02 e 04, os mesmos encontram-se evidenciados no documento denominado Anexo I a estes autos. Em



relação ao item 03, observa-se a composição do valor faturado, conforme planilha constante do Anexo II.

16. Assim, com base nessas explicações, contrário senso às argumentações da Auditoria de Controle Interno, referenciadas nas páginas 4/12 e 5/12 do Relatório, apontando para "Pagamentos de serviços não previstos em contrato e termo aditivo" e "Notas Fiscais sem descrição dos serviços prestados", afirmaram que todos os serviços estavam albergados no contrato e respectivos termos aditivos, sob a forma dos gêneros coleta e entrega de documentos, cujas tipificações encontram-se descritas nos anexos.

17. Adicionalmente, manifestaram total discordância quanto a assertiva "atuação incipiente dos responsáveis pela despesa" (página 4/12 do Relatório - Causa) uma vez que, comprovadamente, havia um acompanhamento analítico de todas as movimentações logísticas que redundaram nos valores faturados contra a Cartão BRB. (Anexo III).

II.1.2 - ANÁLISE DO MÉRITO

18. Em relação ao item em questão, o entendimento inicial esposado pela unidade técnica instrutiva desta Corte de Contas, mediante a Informação nº 54/2018-SECONT/2.^a DICONT, fls. 116/125, em concordância com o Relatório de Auditoria nº 44/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI-CGDF, foi no sentido de ter ocorrido falha de natureza média com a aposição de ressalva nas presentes contas.

19. Por sua vez, o diligente Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 376/2018-CF, fls. 126/129, divergiu das conclusões expendidas pela Unidade Técnica, por entender a existência de falhas de natureza grave que não justificam apenas a aposição de ressalvas, mas sim de irregularidades nas presentes contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



20. Após análise das justificativas, somos de opinião que, em relação a este tópico, devem ser acatadas as alegações apresentadas pelos ora justificantes.

21. Ao nosso ver, procede a afirmação de que todos os serviços estavam albergados no contrato e respectivos termos aditivos, sob a forma dos gêneros coleta e entrega de documentos, cujas tipificações encontram-se descritas nos anexos, conforme o enunciado da Cláusula Oitava do Primeiro Termo Aditivo do Contrato e, da leitura desta Cláusula, entende-se que a Companhia detinha a obrigação de efetuar os pagamentos pelos serviços efetivamente prestados, conforme previsto nos termos contratuais aditivados, sob pena de enriquecimento ilícito por parte da empresa.

22. Repise-se que o Controle Interno, no momento de elaboração do Relatório de Auditoria nº 44/2017 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI-CGDF ateve-se apenas ao previsto na Cláusula Décima Terceira e não considerou o enunciado da Cláusula Oitava retrocitada, a qual previa o pagamento de serviços realizados na modalidade de Preços Flash. Ademais, ainda que não tivesse previsão contratual, em nenhum momento restou demonstrado nestes autos a efetivação de pagamentos com superfaturamento ou de serviços não prestados pela empresa contratada, hipóteses em que poderiam ser configuradas como graves irregularidades nestas contas.

23. Nesse sentido, lamentando dissentir da manifestação ministerial, reputamos que as razões apresentadas pelos justificantes merecem acolhimento. Assim, no mérito, este item das contas deve ser julgado regular, devido à previsão contratual demonstrada pelos requerentes nas razões de justificativas e anexos, ao fato não tratar de graves irregularidades e aos serviços terem sido efetivamente prestados.



II.2 - SUBITEM 2.1 – AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO NAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU AQUISIÇÕES DE BENS

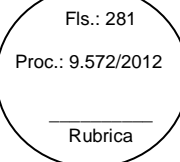
II – 2.1 – RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

24. Em relação a este tópico, os defendentes elaboraram um extenso arrazoado, com as considerações e argumentos abaixo sintetizados:

- as empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica se submetem a regime de livre concorrência, sendo-lhes prejudicial a submissão integral ao regime jurídico previsto pela Lei 8.666/93, tendo em vista que as empresas concorrentes não têm que se sujeitar a regras de licitação, quebrando a isonomia que deve reger a concorrência na iniciativa privada;
- a inaplicabilidade da Lei de Licitações por absoluta impossibilidade jurídica, na empresa Cartão BRB, em conformidade com a *Lex Mater* que, em nenhum momento, determina que as sociedades de economia mista ou suas subsidiárias devem se sujeitar à Lei 8.666/93, mas sim que devem promover suas contratações observados os princípios da administração pública. Por isso, em atendimento às normas constitucionais de cunho empírico, a Cartão BRB instituiu um estatuto próprio, a exemplo da Petrobrás, voltado à aquisição de bens e/ou serviços, prevendo em seu teor, inclusive, a realização de licitações, assim como casos de dispensa e de inexigibilidade, entre outros;
- a aplicação da Lei 8.666/93, pura e simplesmente, engessaria a finalidade econômica para a qual a Cartão BRB fora criada, eis que seria tolhida sua capacidade de plena e imediata atuação no mercado, gerando urna figura doutrinária denominada de "incapacidade fática de concorrência". Assim, em respeito ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



princípio da legalidade estrita, e até que lei federal suplantasse a omissão legislativa, o administrador de empresa pública ou de sociedade de economia mista estaria impedido de utilizar a Lei Geral de Licitações;

- a Lei 13.303/16, denominada Lei das Estatais, passou a disciplinar a realização de licitações e contratos no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente da natureza da atividade desempenhada (prestadora de serviço ou exploradora de atividade econômica) e a Lei 8.666/93 deixou de ser aplicada a essas entidades, salvo nos casos expressamente descritos naquela própria lei;
- o Regulamento Interno de Compras e Contratações elaborado pela Cartão BRB, e já devidamente atualizado as orientações da nova Lei (Anexo IV), sempre foi e continuará sendo instrumento hábil à aquisição de bens e serviços por parte da Companhia, sendo que a Lei das Estatais veio ratificar tal entendimento;
- outras sociedades de economia mista, com características semelhantes à Cartão BRB, notadamente instituições financeiras e de meios de pagamento, utilizam-se de regulamento próprio de compras e contratações, a exemplo da CATENO (empresa de processamento e gestão de cartões do Banco do Brasil); CAIXA SEGURADORA (Corretora de Seguros da CEF); BANRISUL SEGURADORA e BANRISUL CARTÕES (subsidiárias do BANRISUL), práticas devidamente chanceladas pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados;
- o BRB jamais deteve o controle majoritário na participação/operações da Cartão BRB, o que impossibilita a sua de condição de sociedade de economia mista e, por conseguinte, seja



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS

Fis.: 282

Proc.: 9.572/2012

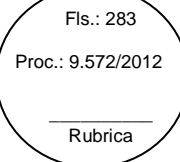
Rubrica

exigida a aplicação de regras próprias de empresas públicas e, portanto, os achados de auditoria em questão não são aplicáveis à Companhia, em consonância com o que concluiu o Parecer Jurídico emitido pelo o eminente ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. José Paulo Sepúlveda Pertence;

- no intuito de evitar eventuais questionamentos, a Cartão BRB passou a adotar procedimentos licitatórios simplificados (em interação analógica ao art. 173 da CF) quando das contratações e/ou renovações realizadas após julho de 2009, a exemplo da RFP e da pesquisa mercadológica - ambas boas ferramentas de gestão de fornecedores pois estabelecem o salutar ambiente para uma concorrência, mostrando-se efetivas tanto para estatais quanto para sociedades empresárias privadas;
- após a decisão do TCDF estabelecendo a Cartão BRB como sociedade de economia mista controlada pelo BRB, esta Companhia assentou sua condição de integrante da Administração Indireta, assim pautando seus atos administrativos. Para corroborar as considerações supra, o enquadramento da Cartão BRB como ente da Administração Indireta do Distrito Federal foi entabulado apenas no ano de 2014, mais precisamente na data de 23 de julho, como informou a Portaria nº 124/2014, que fixou a Cartão BRB como ente da Administração Pública sujeita à fiscalização pela Secretaria de Transparência;
- todos os atos praticados pelos Administradores seguiram as determinações legais da época, objetivando precipuamente a gestão corporativa e o lucro da Companhia e o Regulamento Interno sempre norteou as compras e contratações da Empresa e é anualmente revisto, sendo que sua última adequação ocorreu em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



dezembro de 2017, por conta dos ajustes imprescindíveis ao atendimento dos mandamentos insculpidos na Lei nº 13.303/2016; e

- todo e qualquer contrato firmado antes de julho de 2009 (Fidelity Processadora e Hedge - Assessoria e Consultoria Empresarial) não estava sob os auspícios de auditoria, tendo em vista que a Cartão BRB era empresa eminente privada. Mesmo após a reorganização societária da Companhia, pelo fato de não ter havido manifestação formal do TCDF sobre como a Cartão BRB deveria proceder, o que só veio a ocorrer em 2013 (trânsito em julgado em 2015), por meio do julgamento da Consulta no Processo TCDF nº 15.572/2013, e diante da circunstância de a Cartão BRB estar, à época, em fase de migração de seu regime jurídico, sendo imperiosas inúmeras adequações de ordem administrativo-operacionais, o período anterior ao pronunciamento da Corte de Contas não pode ser levado em consideração para fins de realização de procedimento licitatório, igualmente não sendo passível de auditoria.

25. Finalmente, calcados nos argumentos acima, os defendentes reafirmaram que a Cartão BRB passou a adotar procedimentos licitatórios simplificados desde a reorganização societária implementada, a exemplo da RFP e da tomada de preços nos casos de novas contratações e de renovações contratuais.

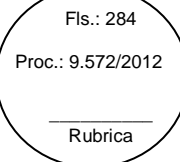
26. Nesse sentido, repisaram que não assiste razão em se exigir observância à Lei 8.666/93 para os serviços prestados pela Agcy Express Courier e pela Gráfica Editora São Judas, mormente pelo fato de que o procedimento licitatório pertinente fora aplicado.

II.2.2 - ANÁLISE DO MÉRITO

27. Em relação a este assunto, verifica-se que as contratações realizadas pela entidade dependiam de normativo específico, o que gerava, antes da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



Lei nº 13.303/2016, entendimentos divergentes quanto à observação da Lei 8.666/93, conforme demonstrados nos Processos de PCAs ano 2010, 2011 e 2012 (Processos nºs 9.564/2012, 9.572/2012 e 23.443/2013), fato sopesado por esta unidade técnica, opinando por aquilatar a inconsistência tão somente como ressalva às contas.

28. Ademais, vale ressaltar que, até meados de 2014, ainda não havia decisão definitiva desta Corte de Contas acerca da consulta formulada pelo Banco de Brasília S/A (BRB), nos autos do Processo nº 15.572/2013, que tratava, dentre outras questões, da não sujeição ao controle externo e da inaplicabilidade da Lei nº 8.666/1993 às empresas subsidiárias/controladas por sociedade de economia mista.

29. Nesse sentido, por ainda não existir até 2013 qualquer posicionamento do TCDF acerca da questão, e ressaltando que o enquadramento da Cartão BRB como ente da Administração Pública só se deu em 2014, por intermédio da Portaria nº 124, razoável considerar as argumentações feitas pelos justificantes de que o contrato firmado antes de julho de 2009 (Fidelity Processadora e Hedge - Assessoria e Consultoria Empresarial), sem submeter às regras da Lei nº 8.666/93, não pode ser considerada grave irregularidade.

30. Além disso, diante da circunstância de a Cartão BRB estar, a época, em fase de migração de seu regime jurídico, sendo imperiosas inúmeras adequações de ordem administrativo-operacionais, o período anterior ao pronunciamento da Corte de Contas não pode ser levado em consideração para fins de obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório.

31. Desse modo, entendemos que, em homenagem ao princípio da razoabilidade, *in casu*, entende-se que a observância da referida norma não deveria ser exigível imediatamente a partir das contas do exercício em questão, pois ainda não era conhecida o teor da decisão que seria proferida por esta Corte de Contas. Portanto, as razões apresentadas, ao nosso sentir, devem ser consideradas parcialmente procedentes.



32. Assim, lamentando dissentir do posicionamento prolatado pelo Ministério Público de Contas, somos de opinião que essa egrégia Corte de Contas acolha parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos ora defendentes e, no tocante a este item, julgue suas contas regulares com ressalvas, em razão da matéria ainda não ter sido definitivamente julgada por esta Corte de Contas no decorrer do exercício de 2011, além de não ter sido apontado a existência de sobrepreço nos contratos em questão e de prejuízo ao erário.

II.3 - SUBITEM 2.2 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM JUSTIFICATIVA DE PREÇOS COMPATÍVEIS COM O MERCADO

II – 3.1 – RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

33. Antes de adentrar ao mérito, novamente os requerentes historiaram que somente a partir da reorganização societária, ocorrida em maio de 2009, em teoria, a Cartão BRB passou a ser sociedade integrante do Conglomerado do BRB - Banco de Brasília S.A., portanto vinculada a essa entidade da Administração Indireta.

34. Argumentaram que, diante daquele cenário, há que se compreender que a estrutura organizacional, os processos administrativos e os indicadores de governança impostos pela nova concepção societária passaram a produzir efeitos somente a partir dos exercícios subsequentes e que, de fato, a adequação do modelo essencialmente privado para o de controle por empresa de economia mista produziu inflexões estruturais, normativas e administrativas que somente puderam ser concretizadas supervenientemente.

35. Repisaram que o contrato original estabelecido entre Cartão BRB e Wipi Logística e Transporte Ltda., datado de 19/05/2009, antecedeu ao "Contrato de reorganização societária, de investimentos e outras avenças", de modo que as contratações à época não estavam sujeitas aos ditames da Lei 8.666/93.



36. Informaram que, não obstante o referido contrato ser balizado antes da reorganização societária, por ocasião do Primeiro Termo Aditivo de 19/05/2011, foi autuado no processo nº 2011.005.072-78 o Parecer Gerop 2011/117 (Anexo VI) que demonstrou a vantajosidade econômica da contratação, comparando os preços orçados pela Wipi com aqueles então praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

37. Com base nessa argumentação, destacaram nova discordância com o apontamento contido no item 2.2 do Relatório, que versa sobre a "Prestação de serviços sem justificativa de preços compatíveis com o mercado", uma vez que a empresa estatal de serviços postais e logística integrada mantinha preços superiores aos da contratada.

38. Explicaram que, quanto ao contrato original da Cartão BRB com a Fidelity Processadora e Serviços S/A, datado de 20/10/1997, autuado no processo no 2012.00005.000102 - 27 e cuja razão social da processadora Fidelity era UNNISA Soluções em Meios de Pagamento Ltda. (Anexo VII), o Departamento de Negócios e Operações Especiais - DENOE do BRB - Banco de Brasília emitiu a Carta DENOE/GEAPE/97 (Anexo VIII), autuada no mesmo processo, demonstrando a vantajosidade econômica da contratação quando comparada a outra processadora, CARDSYSTEM, que prestava serviços a outros bancos estaduais.

39. Da mesma forma, repisaram que o contrato original estabelecido entre Cartão BRB e Fidelity Processadora e Serviços S/A, para prestação de serviços vinculadas a atividades finalísticas, antecedeu ao "Contrato de reorganização societária, de investimentos e outras avenças", de modo que as contratações à época não estavam sujeitas aos ditames da Lei 8.666/93.

II.3.2 - ANÁLISE DO MÉRITO

40. Segundo explicado pelos ora justificantes, o Parecer Gerop 2011/117 (Anexo VI) demonstrou a vantajosidade econômica da contratação,



comparando os preços orçados pela Wipi com aqueles então praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Ademais, o Departamento de Negócios e Operações Especiais - DENOE do BRB - Banco de Brasília emitiu a Carta DENOE/GEAPE/97 (Anexo VIII), autuada no mesmo Processo nº 2012.00005.000102 - 27, demonstrando a vantajosidade econômica da contratação, datada de 20/10/1997, da empresa Fidelity Processadora e Serviços S/A, cuja razão social da processadora Fidelity era UNNISA Soluções em Meios de Pagamento Ltda. (Anexo VII), quando comparada a outra processadora, CARDSYSTEM, que prestava serviços a outros bancos estaduais.

41. Tais alegações, ao nosso sentir, devem ser consideradas procedentes, pois os documentos anexados aos autos justificam a prática de preços compatíveis com o mercado, e não constam dados e valores capazes de comprovar que os montantes despendidos com os pagamentos dos serviços foram efetivamente superiores aos praticados no mercado.

42. Nesse sentido, lamentando dissentir do posicionamento prolatado pelo Ministério Público de Contas, somos de opinião que essa egrégia Corte de Contas acolha as razões e justificativas apresentadas pelos ora defendentes. Assim, no mérito, este item das contas deve ser julgado regular, tendo em vista que os documentos juntados aos autos justificam a prática de preços compatíveis com o mercado, conforme demonstrado pelos requerentes nas razões de justificativa e Anexos VI a VIII.

II.4 - SUBITEM 2.3 – INOBSERVÂNCIA DE REQUISITOS LEGAIS PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A CARTÃO BRB S.A.

II – 4.1 – RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

43. Em síntese, inicialmente os justificantes solicitaram que fossem consideradas as argumentações apresentadas nos itens anteriores, quanto aos



esclarecimentos de mérito sobre os requisitos legais para renovação de contratos da Cartão BRB, no exercício de 2011.

44. Informaram que, em 19/05/2011, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao contrato com a empresa Wipi Logística e Transporte Ltda., prorrogando-o por mais 12 (doze) meses, com os custos unitários de entrega previstos na Cláusula Décima Terceira:

“CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - A entrega dos cartões de crédito ou débito, a domicílio, em território nacional, para os CEPs atendidos pela WIPI, terá o custo unitário de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos). Para a entrega de cartões em localidades não atendidas pela WIPI, será cobrado o valor de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos). Para os CEPs não atendidos, os objetos serão postados pelos Correios, de acordo com o contrato firmado diretamente entre a WIPI e a ECT.”

45. Ao contrário das alegações insculpidas no Relatório de Auditoria nº 44/2017, de que o processo de prorrogação do prazo contratual estaria em desacordo com os requisitos "c", "d" e "e" do Parecer PGDF nº 1.030/2009 – PROCAD, alegaram que o Primeiro Termo Aditivo ao contrato (Anexo IX) foi devidamente assinado pelo Diretor Presidente e Diretor de Operações da Cartão BRB e, por isso, restou cumprida a exigência de autorização da autoridade competente (item c).

46. Quanto ao item "d" - Constatação em pesquisa de mercado de que os preços permanecem vantajosos, atestaram que, por ocasião do Primeiro Termo Aditivo de 19/05/2011, autuado no processo 2011.005.072-78, o Parecer Gerop 2011/117 (Anexo VI) demonstrou a vantajosidade econômica da contratação, comparando os preços orçados pela Wipi com aqueles então praticados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

47. Destacaram ainda que, na proposição do Segundo Termo Aditivo ao contrato, consubstanciada pelo Parecer Gerop/Diope - 014/2012 (Anexo X) de 18 de



abril de 2012, autuado no processo no 2011.005.072-78, foram apresentados os orçamentos das empresas Transcart, Dibra e Jadlog, cujos preços eram superiores àqueles praticados pela Wipi.

48. Finalmente, em relação ao item "e" - Disponibilidade orçamentária, alegaram que as contratações para prestação de serviços de logística e de processamento não estão vinculadas à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, nos moldes do caput do artigo 16 da LC 101/00, e, dessa forma, entenderam que tal dispositivo legal não se aplica aos processos de compras e contratações da Cartão BRB.

49. Nas considerações finais, reafirmaram a complexidade do tema quanto a exigência da BRB Cartão S/A aos ditames da Lei 8.666/1993, e que obedece aos preceitos insculpidos na Lei Geral de Licitações, assim devem ser acatadas suas razões de justificativa.

II.4.2 - ANÁLISE DO MÉRITO

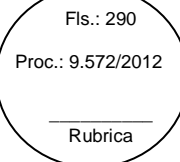
50. Este subitem indicado para audiência dos gestores da Cartão BRB S/A, também trata da questão relativa à infringências à Lei de Licitações e Contratos, quanto aos aspectos apontados nos Itens "c", "d" e "e" contidos no Parecer CGDF nº 1.030/2009 – Procuradoria Administrativa – PROCAD.

51. Verifica-se que os justificantes apresentaram documentação (Anexos VI, IX e X) demonstrando a vantajosidade econômica das contratações e a autorização competente para a prorrogação do ajuste. Não obstante, haver o questionamento quanto a disponibilidade orçamentária para as contratações, os justificantes entenderam que o caso não se enquadraria ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

52. Visto que as inconsistências apontadas pelo Controle Interno, quanto a aspectos de disponibilidade orçamentária, por exemplo, dizem respeito ao



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



tema complexo sobre a obrigatoriedade do trâmite licitatório, previsto na Lei nº 8.666/1993, para as entidade cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria à entidade da Administração Indireta exploradora de atividade econômica, reputamos que inconsistências dessa natureza na PCA da BRB Cartão S/A de 2011, devam ser consideradas como ressalva às referidas contas, em razão da indefinição e complexidade que envolvia a matéria no exercício aqui examinado nesta Prestação de Contas Anual (2011), conforme análise anteriormente debatida nos Parágrafos 5.1.5 a 5.1.22 da Informação nº 54/2018 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 119/122.

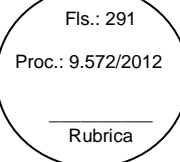
III - CONCLUSÃO

53. Em face de todo o exposto, entendemos que devem ser consideradas parcialmente procedentes as razões de justificativa, de fls. 162/266, apresentadas pelos Srs. Henrique Silva Capdeville, Edilson Barbosa Veloso Júnior, Laécio Barros Júnior e Gustavo Costa Oliveira, em face da audiência determinada pela Decisão nº 2797/2018, fl. 147. Examina-se que os justificantes demonstraram, por meio da documentação identificada nos anexos apresentados, critérios objetivos de seleção para garantir propostas com vantajosidade econômica, além de não ter sido apontado a existência de sobrepreço e de prejuízo ao erário, nos contratos analisados pelo Controle Interno. Restando às contas dos referidos gestores a imputação de ressalvas por inconsistências nos Subitens 2.1 e 2.3 do Relatório de Auditoria nº 44/2017- DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, relativas ao trâmite licitatório, porém sem condão de serem consideradas como de natureza grave, conforme analisado nesta informação e nos Parágrafos 5.1.5 a 5.1.22 da Informação nº 54/2018 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 119/122.

54. Constam também as ressalvas dos Subitens 1.1 e 2.4 do Relatório de Auditoria nº 44/2017- DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF, indicadas na análise efetuada na Informação nº 54/2018 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 116/125. Dessa forma, reputamos que o Tribunal possa, nos termos do art. 17, II, da LC nº 01/1994,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



julgar regulares com ressalvas as contas relativas ao exercício de 2011 dos Srs. Henrique Silva Capdeville (Presidente), Edilson Barbosa Veloso Júnior, Laécio Barros Júnior e Gustavo Costa Oliveira (todos Diretores), tendo em vista as falhas indicadas nos Subitens “1.1 – Ausência nos autos de comprovantes de pagamento e de prestação de serviços e/ou aquisição de bens”, “2.1 – Ausência de licitação nas contratações de empresas para prestação de serviços e/ou aquisições de bens”, “2.3 – Inobservância de requisitos legais para renovação de contratos firmados com a Cartão BRB S/A” e “2.4 - Baixa contábil de bens patrimoniais não localizados sem a devida apuração de responsabilidade”, do Relatório de Auditoria nº 44/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 527/532v do apenso);

IV - SUGESTÕES

55. Isso posto, sugerimos ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento das razões de justificativas e respectivos anexos, de fls. 162/266, apresentadas pelos Srs. Henrique Silva Capdeville, Edilson Barbosa Veloso Júnior, Laécio Barros Júnior e Gustavo Costa Oliveira, diante da audiência determinada no Item II da Decisão nº 2.797/2018, para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;
- II. julgar, nos termos do art. 17, II, da LC nº 1/94, regulares com ressalvas as contas anuais referentes ao exercício financeiro de 2011 dos Srs. Henrique Silva Capdeville, CPF nº 603.846.386-00 (Presidente), Edilson Barbosa Veloso Junior, CPF nº 371.516.811-00, Laécio Barros Júnior, CPF nº 279.847.531-72, e Gustavo Costa Oliveira, CPF nº 814.347.901-34 (todos Diretores), em decorrência das falhas apontadas nos Subitens “1.1 – Ausência nos autos de comprovantes de pagamento e de prestação de serviços e/ou aquisição de bens”, “2.1 – Ausência de licitação nas contratações de empresas para prestação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
PRIMEIRA DIVISÃO DE CONTAS



serviços e/ou aquisições de bens”, “2.3 – Inobservância de requisitos legais para renovação de contratos firmados com a Cartão BRB S/A” e “2.4 - Baixa contábil de bens patrimoniais não localizados sem a devida apuração de responsabilidade”, do Relatório de Auditoria nº 44/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (fls. 527/532v do Processo nº 041.000.093/2014, apenso);

- III. determinar, nos termos do art. 19 da LC nº 1/94, aos atuais administradores da Cartão BRB S/A que adotem as medidas necessárias a evitar a repetição das falhas apontadas;
- IV. considerar, em conformidade com o art. 24 da LC nº 1/94, quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta PCA, os responsáveis relacionados no item II retro;
- V. autorizar o retorno dos autos à SECONT para arquivamento e a devolução do Processo nº 041.000.093/2014 à Cartão BRB S/A.

À superior consideração.